



O uso das fontes anônimas no Jornalismo Investigativo: o caso das reportagens da ‘Vaza Jato’ pelo *The Intercept Brasil*

The use of anonymous sources in Investigative Journalism: the case of ‘Vaza Jato’ reports by *The Intercept Brasil*

Vagner Cesarino de Souza¹
Débora Freire²

Resumo

A Operação Lava Jato é considerada a maior investigação sobre lavagem de dinheiro no Brasil e ganhou destaque no cenário midiático nacional e estrangeiro, principalmente por prender grandes nomes da política e do meio empresarial. Porém, nos últimos meses, a credibilidade da Operação tem sido colocada em dúvida devido uma série de reportagens divulgadas pelo site *The Intercept Brasil*. O conteúdo publicado pelo *The Intercept* denuncia conversas comprometedoras entre integrantes da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador Deltan Dallagnol, e o juiz à época, Sergio Moro, que hoje ocupa o Ministério da Justiça. Tendo em consideração que a utilização de fontes anônimas é aspecto crucial no Jornalismo Investigativo e que, ao mesmo tempo, o uso dessa técnica tem sido alvo de discussão entre os próprios jornalistas e pesquisadores do campo, a problemática desse trabalho centra-se na análise da produção dessas reportagens, que são baseadas no vazamento das conversas de autoridades por fonte anônima. O trabalho realizado pela equipe do *The Intercept Brasil* para apurar e divulgar tal conteúdo reacendeu a discussão sobre a legitimidade do discurso jornalístico alicerçado no uso de informações advindas de fonte do tipo anônima. Vale lembrar que os procedimentos de verificação e compartilhamento das mensagens têm sido feitos, agora, em parceria com grandes veículos de comunicação nacionais e internacionais. Como método, para esta pesquisa, selecionamos o editorial e as três primeiras reportagens, todos publicados em 09 de junho de 2019. Além disso, adotaremos o estudo do fluxo do processo investigativo do site e as contribuições teóricas sobre as fontes no Jornalismo, particularmente do Investigativo, de Nilson Lage (*Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria*), John L. Hulteng (*Os desafios da comunicação: problemas éticos*) e José María Caminos Marcet (*Periodismo de Investigación: teoría y práctica*).

Palavras-chave: Fontes Anônimas, Jornalismo Investigativo, *The Intercept Brasil*

Abstract

Operation Lava Jato is considered the largest investigation on money laundering in Brazil and has gained prominence in the national and foreign media scene, mainly for arresting big names in politics and business. However, in recent months, the credibility of the Operation

¹Mestrando em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba. bobvagner64@gmail.com .

²Mestra em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba. jornalismo_debora@yahoo.com.br .



has been put in doubt due to a series of reports published by The Intercept Brasil website. The content published by The Intercept denounces compromising conversations between members of the Lava Jato task force, coordinated by attorney Deltan Dallagnol, and the judge at the time, Sergio Moro, who now occupies the Ministry of Justice. Considering that the use of anonymous sources is a crucial aspect in Investigative Journalism and that, at the same time, the use of this technique has been the subject of discussion among journalists and researchers in the field, the problem of this work focuses on the analysis of production of these reports, which are based on the leak of the conversations of authorities by anonymous source. The work carried out by The Intercept Brasil team to investigate and disseminate such content rekindled the discussion about the legitimacy of journalistic discourse based on the use of information from an anonymous source. It is worth remembering that the procedures for checking and sharing messages have now been carried out in partnership with major national and international media. As a method, for this research, we selected the editorial and the first three reports, all published on June 9, 2019. In addition, we will adopt the study of the flow of the investigative process of the site and the theoretical contributions about the sources in Journalism, particularly from Investigativo, by Nilson Lage (Relationship between the reporter and sources: procedures and theory), John L. Hulteng (The challenges of communication: ethical problems) and José María Caminos Marcet (Periodismo de Investigación: teoría y práctica).

Keywords: Anonymous Sources, Investigative Journalism, The Intercept Brasil

Introdução

As produções jornalísticas investigativas, no contexto atual, têm contribuído para a volta da análise de questões fundamentais ao jornalismo como um todo. A exposição midiática de trabalhos de bancos de dados, como os arquivos secretos da invasão do Afeganistão, divulgados pelo *WikiLeaks*³, e de sites jornalísticos especializados e independentes, como o *The Intercept* - que publicou documentos denunciando os inúmeros programas de vigilância global desenvolvidos e postos em funcionamento pela Agência de Segurança Nacional norte-americana - trouxeram à tona discussões basilares a exemplo da fina fronteira entre o público e o privado, e o papel do jornalista diante das novas formas de produção de informação, entre elas a relação jornalista-fonte. Porém, não discutiremos aqui os desafios que a rotina noticiosa impõe hoje, muito mais do que antes, aos jornalistas, como a velocidade de publicação intensificada pela internet, em especial pelo advento das redes sociais digitais. Neste estudo, abordaremos uma tendência que têm retomado espaço na comunicação e que vai na contramão da rapidez com que tem sido produzida a notícia: o *slow journalism*.

O princípio básico do *slow journalism*, ou jornalismo lento, é ter foco voltado mais para a relevância do conteúdo do que na audiência que esse conteúdo vai alcançar. Os esforços são

³ O *WikiLeaks* é uma organização de mídia multinacional e uma biblioteca associada. Foi fundada por seu editor Julian Assange em 2006. É especializada na análise e publicação de grandes conjuntos de dados de materiais oficiais censurados ou restritos que envolvem guerra, espionagem e corrupção. Até agora, publicou mais de 10 milhões de documentos e análises associadas.



para produzir um produto de qualidade, precisão, profundidade, contexto e análise, servindo como um contraponto aos velozes *feeds* de notícias com os quais nos acostumamos nos últimos anos.

De acordo com Cunha (2017), o “jornalismo lento” não é uma metodologia, mas um diagrama de possibilidades e características que apontam um jeito diferente de fazer jornalismo, em outro tempo. Segundo a pesquisadora, o jornalismo lento diz respeito tanto ao processo de produção, quanto ao processo de receber essa notícia de maneira pausada.

No Brasil, o *slow journalism* tem sido praticado, principalmente, por agências de investigação noticiosas como é o caso da *Pública* e do *The Intercept Brasil*. Vale ressaltar aqui que essas organizações não realizam apenas o trabalho de *fact-checking*, mas produzem conteúdo jornalístico especializado a cerca do que foi investigado. E é sobre o método utilizado na elaboração de reportagens investigativas do tipo *slow*, que analisaremos reportagens de uma série, elaboradas pelo *The Intercept Brasil* que colocou em xeque a credibilidade da considerada a maior operação de combate à corrupção do Brasil: a Lava Jato.

O conteúdo publicado pelo *The Intercept* denuncia conversas que mostram as discussões comprometedoras entre integrantes da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador Deltan Dallagnol, e o juiz, à época, Sergio Moro, que hoje ocupa o cargo de ministro da Justiça. As denúncias foram possíveis por meio de material cedido ao *The Intercept* por fonte que o site mantém no anonimato para o público.

Tendo em consideração que a utilização de fontes anônimas é aspecto crucial no Jornalismo Investigativo e que, ao mesmo tempo, o uso dessa técnica tem sido alvo de discussão entre os próprios jornalistas e pesquisadores do campo, a problemática desse trabalho centra-se na análise da produção dessas reportagens, que são baseadas no vazamento das conversas de autoridades por fonte anônima.

O trabalho realizado pela equipe do *The Intercept Brasil* para apurar e divulgar tal conteúdo reacendeu a discussão sobre a legitimidade do discurso jornalístico alicerçado no uso de informações advindas de fonte do tipo anônima. Vale lembrar que os procedimentos de verificação e compartilhamento das mensagens que põem em dúvida a seriedade da Operação, têm sido feito, agora, em parceria com grandes veículos de comunicação nacionais e internacionais.

Iniciada em março de 2014, a Lava Jato, que está em sua septuagésima fase, ganhou destaque no cenário midiático nacional e estrangeiro, principalmente por prender grandes nomes da política e do meio empresarial, como a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - o Lula - que permaneceu encarcerado cerca de dois anos.



Como método, para esta pesquisa, selecionamos o editorial e as três primeiras reportagens, todos publicados em 09 de junho de 2019. Além disso, adotaremos o estudo do fluxo do processo investigativo do site e as contribuições teóricas sobre as fontes no Jornalismo, particularmente do Investigativo, de Nilson Lage (*Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria*), John L. Hulteng (*Os desafios da comunicação: problemas éticos*) e José María Caminos Marcet (*Periodismo de Investigación: teoría y práctica*).

Jornalismo Investigativo: conceituação, caracterização e técnicas

Embora qualquer prática jornalística pressuponha investigação, como defendeu o escritor e jornalista colombiano Gabriel Garcia Márquez, na abertura da assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), realizada em Los Angeles (EUA) em outubro de 1996, o jornalismo investigativo se enquadra em uma categoria que se diferencia das outras pelo seu processo de produção com métodos e estratégias próprias.

Um dos primeiro autores brasileiros a enxergar o jornalismo investigativo como categoria foi o jornalista Alberto Dines no livro intitulado *O papel do jornal*, publicado em 1986. Na época, Dines já apontava para a importância de os veículos de comunicação ampliarem a informação para o público que já se mostrava mais exigente e, por isso, a necessidade de produção de conteúdo mais aprofundados, como reportagens investigativas e interpretativas.

Nessa mesma perspectiva, Camino Marcet (1997) ressalta a diferença entre a verificação de dados antes de publicá-los, técnica basilar do jornalismo, que deve ser utilizada em relação a assuntos de natureza diversa, e a investigação sobre informações que pessoas e/ou instituições desejem que permaneçam ocultas por se tratar muitas vezes de, entre outros, atos ilícitos, imorais e vergonhosos. “El periodismo de investigación (PI) tiene que el sello de identidad propio, caracterizado porque va más allá y busca esa información que no circula por los cauces normales. Es un periodismo profundo, que exige tiempo y dedicación, búsqueda constante” (CAMINO MARCET, 1997, p. 17).

Além da controversa sobre a separação entre investigação jornalística e jornalismo investigativo, há também discrepância no momento de definir o que vem a ser realmente o jornalismo investigativo. Alguns estudiosos comungam da visão de Dines ao afirmarem que é uma especialização jornalística; outros autores acreditam se tratar de um jornalismo bem realizado, que inclui todos os pontos de vista possíveis, acompanhados de dados e informações bem checados, mas que não chegaria a ser uma categoria específica.

Lage (2001) define jornalismo investigativo como uma forma extremada de reportagem, em que o profissional dedica tempo e esforço no levantamento de um tema pelo qual se apaixona. Martinez Albertos (1974), por sua vez, parte da premissa de que a reportagem investigativa é uma subcategoria dentro da categoria reportagem, existindo ainda, segundo o autor, a grande reportagem, a conferência de imprensa, inquéritos e história de interesse humano.

Para Camino Marcet (1997), o jornalismo investigativo é um tipo de jornalismo que rompe com a normalidade: “El PI es una especialización dentro del periodismo. Una especialización tanto más necesaria cuanto más se acentúa la tendencia de los medios a publicar informaciones que circulan a través de las fuentes oficiales de la información” (CAMINO MARCET, 1997, p. 15).

Diante dessas concepções, acreditamos que o jornalismo investigativo não se trata de um texto bem escrito que contém dados e informações checadas. Ele vai muito além, buscando informações que pessoas e grupos sociais de poder querem esconder. Mas não é o escândalo ou a denúncia por si só; tem que haver análises embasadas, pois só assim o jornalismo estará cumprindo seu verdadeiro papel que é o de educar para a cidadania e não apenas repassar informações. Os assuntos a serem tornados públicos devem ser sempre de interesse da sociedade, cujo conhecimento será de valia para a população, seja para auxiliá-la na compreensão de problemas e contextos, na busca de soluções ou em processo de escolhas, como ocorre em períodos eleitorais. Além disso, para fazer jornalismo investigativo é preciso o uso de técnicas e estratégias específicas para que o conteúdo final seja profundo, correto e ao mesmo tempo acessível ao maior número de pessoas.

Discutido o conceito sobre jornalismo investigativo, adentramos agora, apesar de brevemente, por algumas características dessa categoria. A primeira característica que citamos e já destacada neste trabalho é a busca e descoberta da verdade oculta. E essa busca pela verdade exige que o jornalista investigue além da aparência de pessoas e situações.

Outro aspecto comum desse tipo de jornalismo é de não se apoiar em informações de fontes oficiais. Pelo contrário, sempre desconfia delas e busca fontes alternativas para confrontar dados. Utilizar técnicas de outros campos do saber também é atributo do jornalismo de investigação. Conhecer banco de dados, filtrá-los e interpretá-los, ou o uso dos estudos da área da Psicologia, sobre comportamentos, são exemplos de recursos.

No que diz respeito às estratégias, entre as mais rotineiras está a possibilidade da infiltração do jornalista no centro dos acontecimentos, muitas vezes, tendo que omitir sua

identidade e seus objetivos para conseguir apurar o fato. Outra estratégia comumente adotada, e tema de polêmicas quanto à questão ética, é o uso de grampos e câmeras escondidas.

A documentação é mais uma técnica fundamental nesse processo, principalmente no caso de o profissional utilizar o conteúdo advindo de fontes anônimas. Ter acesso a conteúdo secreto é de grande valia, porém se faz necessário um profundo estudo, que inclui comparações, verificações e comprovação. A documentação é um dos principais pilares que dá credibilidade à investigação.

Por último, temos a delicada relação entre jornalista e fonte, pois, no caso do jornalismo investigativo, são abordados temas cujas informações são de difícil acesso e quem as tem, quer deixá-las fora do alcance do público. Daí vem a pesquisa do jornalista para identificar possíveis fontes, modos de aproximação, caso não seja conhecida, a constatação de que a fonte detém a informação desejada e o processo de convencimento para que a fonte revele o que sabe.

O jornalista e as fontes

“Las fuentes no sólo condicionan todas las fases sucesivas de la producción informativa, sino que, en determinados casos, están directamente en disposición de gobernarla”. A frase de Giovanni Cesareo (1986, p. 68) chama a atenção para a importância que as fontes têm no processo de investigação jornalística, em especial quando se trata do jornalismo investigativo. Isso porque as fontes podem tanto repassar informações completas, como podem por à disposição dados, apontamentos e versões sobre os quais o jornalista poderá iniciar uma investigação ou ajudar alguma que já esteja em andamento.

Nilson Lage⁴ também ressalta a relevância das fontes na atividade jornalística quando afirma que “poucas matérias originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”.

Camino Marcet (1997) salienta que a relação jornalista-fonte se assemelha mais a uma negociação em que o repasse da informação fica submetido a determinadas condições como o respeito ao anonimato ou não da fonte: informação *on the record*, quando o jornalista é autorizado expressamente pela fonte a publicar seu nome na publicação; informação com atribuição reservada, ou seja, o profissional pode publicar as informações passadas pela fonte, mas sem identificá-la; e informação *off the record*, em que o jornalista não pode divulgar, mas que ajudam

⁴ No artigo *Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria*. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1432.pdf. Acessado em 11 jan. 2020. O autor é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



na hora de contextualizar, interpretar, vincular fatos e situações, e dá pistas para dar inícios a investigações.

Conforme o autor, a confiança e o respeito são as características mais importantes que devem reger essa relação. Ele também enfatiza a habilidade que o jornalista tem que desempenhar no trato com a fonte para conseguir administrar, ao mesmo tempo, atributos de persistência com a fonte e independência diante dela. Ainda no artigo *Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria*, Lage aborda sobre a natureza das fontes e fala em: fontes oficiais, mantidas pelo Estado; instituições, empresas e organizações; fontes oficiosas, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo; fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso. Das três, as fontes oficiais são tidas como as mais confiáveis e é comum não serem mencionadas: os dados que propõem são tomados por verdadeiros. Sobre isso Lage alerta para o fato de que

[...] fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Mentem para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder. Mentem menos se os funcionários são mais estáveis e, portanto, conseguem sustentar sua integridade como estatísticos ou analistas. Mentem menos em sistemas totalitários do que democráticos; mentem muito, provaram Chomsky e Hernam, nos Estados Unidos, quando estão em jogo os interesses imperiais do País. (LAGE, p. 10).

O autor fala ainda em fontes primárias e secundárias. Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; já as secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas, como documentos. Traz também os testemunhos e *experts*.

Porém, mais a frente, dedicaremos atenção a um tipo de fonte que sempre rendeu discussão entre jornalistas e teóricos do jornalismo: as fontes anônimas. Elas são essenciais nos trabalhos investigativos que o site *The Intercept Brasil* tem feito, em especial no tocante à série de reportagens ‘As mensagens secretas da Lava Jato’, a qual também discutiremos adiante.

O jornalismo investigativo e independente do *The Intercept Brasil*

O *The Intercept*, veículo jornalístico estritamente on-line, surgiu em 2013, originalmente em língua inglesa, após os vazamentos de Edward Snowden, ex-técnico da Agência Central de Inteligência (CIA), que forneceu ao site informações sigilosas de segurança dos Estados Unidos e revelou, em detalhes, alguns dos programas de vigilância que o país utiliza para espionar a

população norte-americana e de várias nações da Europa e da América Latina, entre elas o Brasil, utilizando para isso servidores de empresas como Google, Apple e Facebook.

O site tem financiamento do bilionário Pierre Omidyar por meio da *First Look Media Works*, uma organização sem fins lucrativos. O bilionário Pierre Omidyar, fundador do *eBay*⁵, é conhecido por apoiar iniciativas de jornalismo investigativo e independente, fornecendo aos jornalistas, por exemplo, apoio jurídico.

O *The Intercept* define-se como organização de notícias dedicada a responsabilizar autoridades/poderosos por meio de um jornalismo aprofundado em sua análise e sua checagem, com linha editorial independente, independência que é divulgada pela agência como marca principal do seu modo de fazer jornalismo. Vale ressaltar que tem entre seus principais atributos a busca por meios alternativos de financiamento e, chamado jornalismo independente ao mesmo tempo, o tratamento jornalístico aprofundado de assuntos, muitas vezes, silenciados pela mídia hegemônica. Esse tipo de jornalismo passou a ser mais comum no mundo graças à *internet*, e vem ganhando espaço dentro das sociedades.

Outra característica dos veículos independentes, como o *The Intercept*, é a busca pela retomada de valores do jornalismo que foram, muitas vezes, negligenciados pela imprensa tradicional, principalmente pela supremacia da visão mercadológica.

Os diversos recursos gratuitos disponibilizados pela era digital, quase que diariamente, como as próprias redes digitais sociais, facilitaram também a ascensão do jornalismo independente, afinal se pode agir sem a necessidade de grandes corporações midiáticas e seus meios de produção e distribuição. “Novas tecnologias midiáticas permitiram que o mesmo conteúdo fluísse por vários canais diferentes e assumisse formas distintas no ponto de recepção” (JENKINS, 2009 p. 36). Assim foi possível que jornalistas criassem sites através dos quais poderiam gerar conteúdo que atendesse demandas das camadas minoritárias da população, além de tratar temas polêmicos e escusos. Essa maneira de produção da informação, segundo Jenkins (2009), dá ao público a possibilidade de colaborar na elaboração do conteúdo, tornando o produto final cada vez mais personalizado.

O *The Intercept* tem como fundadores e editores, o jornalista e advogado norte-americano Glenn Greenwald, o jornalista estadunidense Jeremy Scahill; especialista em assunto sobre segurança nacional, e a cineasta e escritora, também norte-americana, Laura Poitras.

Em agosto de 2016, foi lançada a versão brasileira do site: *The Intercept Brasil*. O site conta com jornalistas brasileiros. Atualmente a equipe possui 27 membros nacionais e se define

⁵ Empresa de comércio eletrônico fundada nos Estados Unidos, em setembro de 1995.



como mídia independente, apresentando conteúdo gratuito, enquanto oferece aos leitores a opção de realizar doações de diversos valores. O editor-executivo do *The Intercept Brasil* é o jornalista Leandro Demori, na qual Glenn Greenwald é colunista.

O *The Intercept Brasil* ganhou repercussão nacional a partir de junho de 2019, quando publicou as primeiras reportagens da intitulada ‘Vaza-Jato’, uma série de matérias jornalísticas mensagens vazadas ao site, por fonte anônima, sobre conversas entre membros envolvidos na Operação Lava Jato com o juiz, à época, Sergio Moro, ato considerado, por parte da população e da justiça, não só ilegal, mas imoral.

O caso ‘Vaza Jato’

No dia 9 de junho de 2019, o *The Intercept Brasil* divulgou as primeiras de uma série de reportagens, intitulada ‘As mensagens secretas da Lava Jato’ que colocava em dúvida a legitimidade da Operação. As matérias da série, que também ficou conhecida como ‘Vaza Jato’ foram, e ainda são, produzidas com base em centenas de mensagens do aplicativo Telegram entregues ao jornalista Glenn Greenwald - editor, colunista e cofundador do *The Intercept* - por uma fonte anônima.

Os arquivos em texto, áudio e vídeo revelam comportamentos antiéticos e transgressões explícitas do ex-juiz Sergio Moro e dos procuradores da Lava Jato, operação coordenada pelo procurador da República, Deltan Dallagnol, que aparece como um dos atores participativos das conversas vazadas. Entre as muitas conversas, Moro aparece orientando Dallagnol a inverter a ordem de fases da Lava Jato, cobrando agilidade em novas operações e até mesmo dando conselhos estratégicos e pistas de investigação, como se fosse seu superior hierárquico.

De 9 de junho de 2019 a 20 de janeiro de 2020, o *The Intercept Brasil* já publicou 23 reportagens com base no conteúdo passado pela fonte. Só no primeiro mês, foram divulgadas nove matérias da série no site da agência. Em 23 de junho, o *The Intercept* realizou a mesma façanha quando dos vazamentos por Edward Snowden: deu a grandes veículos de comunicação no Brasil e no exterior acesso ao conteúdo das conversas para em conjunto empreender um rigoroso processo de checagem. Entre os parceiros estão a *Folha de S. Paulo*, o primeiro a ter contato com o material; *El País*, revista *Veja* e o colunista Reinaldo Azevedo, da *BandNews FM*.

Desde a primeira reportagem feita pelo *The Intercept Brasil* com base nas conversas do Telegram, todos os envolvidos contestam, mas não negam a veracidade das mensagens, afirmando que elas são produto de um crime por terem sido subtraídas dos telefones dos procuradores, afirmando que muitas conversas foram editadas.



Até antes dos vazamentos divulgados pelo *The Intercept*, os feitos da Lava Jato davam o tom dos noticiários. A deusificação das prisões de poderosos, das conduções coercitivas, das buscas e apreensões abriam espaço para justificar qualquer tipo de ato pela Operação, como as suspeitas de violação do devido processo legal e do princípio da imparcialidade, além do uso de prisões para forçar acordos de delações premiadas. Agora, as provas dos problemas legais e morais da Lava Jato e dos “homens da lei” foram expostas à justiça e à opinião pública.

Vaza Jato: breves considerações sobre o método de investigação

A apresentação do método utilizado pelo *The Intercept Brasil* na produção das reportagens da ‘Vaza Jato’ se deu no editorial publicado juntamente com as três primeiras reportagens, em 9 de junho, intitulado *Como e por que o The Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro*.

O editorial explicava que a série de reportagens que começava a ser publicada “era apenas o começo de uma investigação jornalística contínua das ações de Moro, do procurador Deltan Dallagnol e da força-tarefa da Lava Jato – além da conduta de inúmeros indivíduos que ainda detêm um enorme poder político e econômico dentro e fora do Brasil”. Segundo o texto, a ‘Vaza Jato’ iria expor “comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer”. Explicava ainda que as matérias teriam sido produzidas a partir de um número grande de arquivos inéditos – que inclui, entre outros conteúdos, mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, e documentos judiciais. Também trouxe a informação de que todo o material teria sido enviado ao *The Intercept Brasil* por uma fonte anônima.

De acordo com site, a importância de expor as revelações se explica pelo envolvimento, entre outros, de oligarcas, presidentes e liderança políticas. Além disso, questões de interesse público estavam sendo manipuladas ao bel prazer de transgressões éticas, morais e legais. Nessa apresentação sobre a ‘Vaza Jato’, o *The Intercept Brasil* fez questão não só de explicar o porquê de publicar o material, mas de indicar alguns métodos utilizados na preparação do material e os cuidados com o sigilo e proteção dos dados. O site deixa claro, por exemplo, que só serão divulgadas as informações que revelam transgressões ou mentiras por parte de poderosos, porém as que são puramente privadas, desprovida de real interesse público, serão preservadas. O editorial diz que foram tomadas medidas cuja finalidade era de garantir a segurança do acervo fora do Brasil, para que assim vários jornalistas possam acessá-lo, sem que nenhuma autoridade de qualquer país tenha a capacidade de impedir a publicação das informações. Além disso, traz que o *The Intercept Brasil* não solicitou comentários de envolvidos nas reportagens para evitar que eles



atuassem para impedir a publicação das informações e porque os documentos, como os áudios, falam por si; porém que durante todo o processo estará em contato com as partes mencionadas imediatamente após a publicação das matérias.

O texto que abre a série de matérias é assinado por Glenn Greenwald (editor-cofundador e colunista), Betsy Reed (editora-chefe nos Estados Unidos) e Leandro Demori (editor-executivo no Brasil). Além dos aspectos sobre o processo de investigação citados pela equipe do *The Intercept Brasil*, no editorial, identificamos outros quando da leitura das três primeiras reportagens selecionadas.

A primeira das três reportagens - *Procuradores da Lava jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a “eleger o Haddad”*- trouxe diálogos que demonstram que os procuradores não são apartidários e apolíticos, como deveriam ser no exercício da sua função de agente público, mas, parecem motivados por convicções ideológicas e preocupados em evitar o retorno do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. Os arquivos mostram os procuradores da Lava Jato articulando para inviabilizar que o PT ganhasse a eleição presidencial de 2018, ao tentar impedir entrevista pré-eleitoral do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à colunista da *Folha de S. Paulo* Mônica Bergamo, autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. O objetivo explícito, nas conversas, era afetar o resultado da eleição.

Na segunda matéria - *Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do tríplex* - são vazadas conversas em que o coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagno, se mostra apreensivo sobre a apresentação da denúncia que levaria o ex-presidente Lula à prisão. Deltan tinha dúvidas sobre a solidez da história que contaria ao juiz Sergio Moro de que Lula havia recebido de presente um apartamento tríplex, na praia do Guarujá, após favorecer a empreiteira OAS em contratos junto a Petrobras.

Na terceira reportagem - *Chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato* - são expostas conversas entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol mostrando que o então juiz federal estaria cobrando e orientando as ações nas investigações feitas pelos procuradores e Polícia Federal, como se Sergio Moro fosse um superior hierárquico, o que é extremamente ilegal por ser ele o juiz do Caso da Lava Jato em Curitiba. Segundo o art. 7º do Novo Código de Processo Civil um juiz não pode auxiliar nenhuma das partes do processo, no qual seja parte.

As três reportagens são assinadas por pelo menos duas pessoas, o que caracteriza um cuidado mais apurado na hora da escrita e da revisão. A linguagem é de fácil compreensão para o público, apesar de exigir um conhecimento mínimo do leitor sobre o cenário político do país e sobre a Lava Jato. Além disso, o uso de imagens e de *links* ajudam a contextualizar o conteúdo inédito, na tentativa de entender determinados eventos que mexeram com a política brasileira, outros ligados à Lava Jato, e discutir se eles foram ou não legítimos.

Mais um sinal de que ele trabalhava em coordenação com a acusação veio numa troca de mensagens em 13 de março de 2016, quando [manifestações contra o governo de Dilma Rousseff](#) tomaram as ruas. O juiz revela o desejo de “limpar o congresso”.

Figura 1: 3ª reportagem traz *link* que relembra fato que marcou o cenário da política brasileira.



Figura 2: 2ª reportagem traz imagem que retoma a apresentação de *Power Point*, por Dallagnol, durante denúncia contra Lula.

Identificamos que o *The Intercept*, para dar mais característica de veracidade às reportagens (a reprodução do fato em si), optou por manter tanto os erros de digitação e de português quanto os termos em inglês e abreviações usuais do ambiente digital (como ‘vc’) empregados pelos participantes das conversas vazadas.

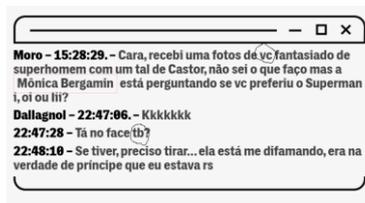


Figura 3: Abreviações comuns na internet podem ser observadas em vários trechos das conversas vazadas.

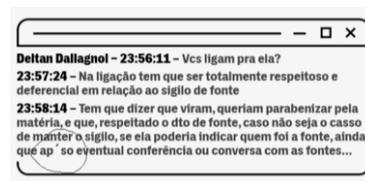


Figura 4: Erros de digitação em trechos vazados.

No mesmo minuto, Dallagnol foi a outro chat no Telegram em que além dele estavam apenas os dois assessores de imprensa da operação em Curitiba. “Conseguem pra mim o contato do repórter que fez esta matéria?”, ele teclou. “pede celular, please... precisamos meio que urgente”, insistiu, às 23h55, sem perceber que um dos assessores já enviara o número da jornalista.

Figura 5: A 2ª reportagem traz trecho de conversa em que há erro de português e o uso de termo em inglês, indicando proximidade dos atores do diálogo.

Para explicar siglas, jargões e quem são as pessoas citadas pelos procuradores nas conversas, a metodologia usada no caso da ‘Vaza Jato’ trabalha com balões de fala que surge quando o leitor move o cursor do *mouse* sobre início da palavra ou da frase.

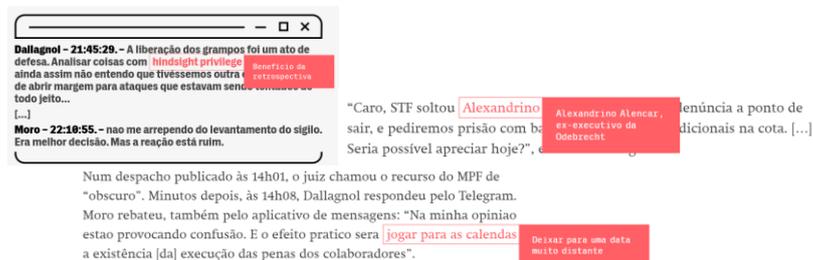


Figura 6: Balões explicativos usados como recurso para situar melhor o leitor.

Em entrevista⁶ ao *Boletim do Fim do Mundo*, no YouTube, Leandro Demori, editor-executivo do *The Intercept Brasil* explica que quando a equipe recebeu material o da ‘Vaza Jato’ um dos primeiros passos foi confirmar se o conteúdo partia mesmo do aplicativo de mensagens *Telegram* e se existiam edições. Esse trabalho foi realizado com o auxílio de uma equipe de especialistas em *Nova York*. Já em 8 de julho de 2019, o *The Intercept* publicou a reportagem, em seu site, *Como o Intercept Brasil confirma a identidade das pessoas que aparecem nos chats da #vazajato*, explicando como é feita a checagem dos contatos de telefones das pessoas que aparecem nos diálogos e identificação de outras pessoas citadas nas conversas.

Assim, passamos semanas obstinadamente buscando sinais que confirmassem a autenticidade das mensagens. Encontramos, em quantidade mais que suficiente: conversas de nossos repórteres com procuradores; menções a nós em outros diálogos que coincidem com datas em que procuramos a Lava Jato; referências a locais e endereços que conhecemos; discussões prévias sobre eventos a que sabemos que a força-tarefa compareceu; trocas de argumentos sobre processos à época em que eles eram julgados; comentários sobre noticiário do dia. Repórteres parceiros repetiram o procedimento, e o resultado foi o mesmo. (MARTINS; DEMORI, 8 de julho de 2019).

Juntamente a essa fase há também uma comparação entre o conteúdo e os dias das conversas e as fases da Operação, bem como as declarações dadas pelos procuradores, por exemplo, à imprensa.

A partir de algumas das observações sobre o método utilizado na investigação jornalística realizada pelo *The Intercept Brasil* no caso da ‘Vaza Jato’, podemos considerar que se trata de processo extremamente complexo e minucioso.

⁶ A entrevista foi transmitida ao vivo dia 19 de junho de 2019 e ainda está disponível no [link](http://link.encurtador.com.br/drFIX) encurtador.com.br/drFIX. Acesso em 17 de janeiro de 2020.

Agora partiremos para a apresentação de um aspecto que constantemente gera polêmica dentro de um processo investigativo no jornalismo que é o uso de fonte anônima. Vale lembrar que a ‘Vaza Jato’ só foi possível a partir da entrega de uma fonte que continua em sigilo pelo *The Intercept*, apesar das prisões de um grupo suspeito de ser o responsável pela entrega do material ao site. Porém, o *The Intercept* não confirma a suspeita.

O uso da fonte anônima na ‘Vaza Jato’

Um dos pontos mais discutidos no que diz respeito ao jornalismo investigativo é o uso de fontes anônimas, debate que foi reavivado com o caso da ‘Vaza Jato’. O fato de o *The Intercept* manter o sigilo da fonte fez com que parte do público duvidasse da veracidade dos vazamentos e os jornalistas fossem acusados de trabalhar com *hackers*.

Após muitas especulações e curiosidade sobre quem teria entregado aos jornalistas o conteúdo comprometedor, Glenn Greenwald revelou, à revista *Veja*⁷, que o primeiro contato com a fonte ocorreu no início de maio de 2019, ou seja, um mês antes da denúncia feita pelo Ministério da Justiça de que *hackers* teriam invadido celulares de autoridades, dentre elas o de Dallagnol e de Sergio Moro. Glenn fala na entrevista que foi apresentado à fonte por um intermediário, e reitera que todos os contatos foram feitos virtualmente. Greenwald também afirmou à *Veja* que desconhece a identidade da fonte, a qual teria extraído todo material do Telegram de Dallagnol.

Até hoje, os jornalistas do *The Intercept Brasil* mantêm o sigilo da fonte e da informação sobre como todo o acervo *hackeado* chegou até eles. Apesar das críticas, os profissionais da agência, assim como em outras reportagens investigativas, utilizam como método a confidencialidade das fontes, quando estas solicitam. Esse procedimento está garantindo tanto no artigo 5º, inciso XIV, da Constituição Federal Brasileira, no qual é “assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (1988, p. 9); quanto no artigo 8º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (“Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade de suas fontes de informação”). Assim não se configura crime e, portanto, os jornalistas como também as fontes não podem sofrer penalidades ou sanções.

Na cultura jornalística, a relação entre fonte e jornalista é sagrada e manifesta na importância que a comunidade jornalística dá ao direito de sigilo profissional. O

⁷ A reportagem, de 26 de julho de 2019, da revista *Veja*, **Glenn Greenwald revela diálogo com fonte de mensagens vazadas**, está disponível em encurtador.com.br/EFIX7. Acesso em 17 de dezembro de 2019.



jornalista não deve revelar a identidade da fonte e a quebra do sigilo profissional por parte do jornalista é um ato grave. (TRAQUINA, 2012, p. 192).

Um jornalista depende das suas fontes, do cultivo de bom relacionamento e confiança, e da garantia de sigilo da mesma, sempre que necessário. No jornalismo investigativo, o direito da fonte permanecer do anonimato se justifica pela garantia de segurança, já que geralmente denunciam impunidades e irregularidades, e podem sofrer represálias e perseguições.

Há um consenso, entre jornalistas investigativos de quase todos os países do mundo, quanto a manter no anonimato determinadas fontes, justificando tal atitude com o risco que os informantes correm ao terem seus nomes revelados. O anonimato é entendido nestes casos como medida de proteção ao informante contra possíveis represálias, uma vez que a informação que circula entre fonte e jornalista é confidencial, não está ao alcance do público e existem grupos de poder na sociedade tentando mantê-la deliberadamente oculta. (QUESADA, 1987, p. 98).

O sigilo das fontes é garantido e com toda justificativa, mas há a necessidade de reunir provas ou indícios, que não se limitem à palavra da fonte, como no caso de comparar documentos e fatos antecedentes, checar nomes e confrontar dados e declarações ditas por autoridades. Podemos perceber que o *The Intercept Brasil* tem feito isso. Essa atitude pode ser conferida quando comparamos o trabalho do *Wikileaks*, que publica documentos vazados em estado bruto, e o conteúdo exposto pelo *The Intercept*, trabalhado em formato jornalístico.

[...] é fundamental que o jornalista realize um estudo documental dos antecedentes do fato que está sendo apurado, pois só assim terá em mãos todos os passos do problema, o que o ajudará a traçar sua estratégia quanto ao processo de apuração sob todos os ângulos. Somente conhecendo a totalidade da história, o jornalista poderá ter a ideia perfeita sobre as implicações do fato e como agir sobre ele. (SEQUEIRA, 2005, p. 91).

Sobre essa comprovação das conversas, o público em geral tem se perguntado o porquê de o *Intercept* ainda não ter publicado áudios, vídeos e fotos. Ainda na entrevista de Leandro Demori ao Boletim do Fim do Mundo, como já citamos, ele explica, que essa é uma pergunta frequente e que há um pensamento de que a divulgação desses outros tipos de arquivos daria mais credibilidade ao trabalho do Intercept e validade às informações da fonte. Segundo Demori, é necessário cuidado na hora de expor áudio, vídeos e fotos, por dois motivos principais: primeiro, um áudio, por exemplo, numa matéria, poderia invalidar ou deslegitimar uma outra reportagem sem áudio, ou que, por algum motivo, não poderíamos colocar no ‘ar’; além disso, a quantidade de áudios é enorme e é necessário que toda a equipe possa ouvir todas, para analisar, confirmar a veracidade, e de acordo com ele, não é um trabalho que se faça de maneira rápida; pelo contrário é



demorado e bastante exaustivo. Nesse sentido, Demori defende que, diante dessas condições, o que dá mais validação às reportagens são as parcerias feitas com jornalistas de diversos veículos de comunicação do Brasil e do exterior, e especialistas de várias outras áreas, como do Direito e da Tecnologia.

O *The Intercept Brasil* possui, em seu site, uma área para que o público possa encaminhar as denúncias, inclusive de forma anônima. Nesse espaço, encontramos as orientações para quem deseja permanecer no anonimato. Existe um canal, chamado SecureDrop, para quem não desejar ser identificado. Com esse servidor, é possível enviar mensagens ou materiais confidenciais sem revelar a identidade da pessoa, e a equipe consegue mesmo assim responder ao denunciante. A página explica que o SecureDrop é muito seguro e que as informações sobre remetente e destinatário e horários das mensagens não estão disponíveis para terceiros. Essa informação ainda é seguida de um tutorial sobre como acessar o programa.

Há ainda indicações sobre o que não fazer para denunciar sem ser identificado, como, entre outras coisas, não entrar em contato com o *Intercept* por computador ou rede do trabalho, já que a maioria das redes corporativas e governamentais registra o tráfego virtual; muito menos enviar e-mails, ligar ou manter contato com a equipe via rede social.

Considerações

A internet, principalmente as redes sociais, trouxe muitos benefícios, entre eles, a superação das barreiras geográficas e o acesso rápido e fácil a todo tipo de conteúdo. Porém há uma enxurrada de informações, muitas delas produzidas sem nenhum critério de qualidade, cuja intenção maior é angariar audiência.

É na contramão dessa pressa em publicar, instalada na última década como prioridade na produção jornalística, que a mídia independente tem demonstrado a necessidade da retomada de um jornalismo mais acurado, mais lento, que incentive o leitor a não permanecer apenas na superfície das informações. O resultado desse trabalho tem sido destaque em várias partes do mundo e há pessoas dispostas a pagar por ele.

A partir das análises feitas nas reportagens selecionadas, acreditamos que o *The Intercept Brasil* tem cumprido com a proposta a que se dispôs, a de fazer um jornalismo investigativo profundo, combativo e de interesse público, sem as amarras com que muitas vezes o jornalismo de grande conglomerados impõe aos profissionais.

Em relação ao método utilizado nas matérias sobre a ‘Vaza Jato’, percebemos que existe uma preocupação pela equipe do *The Intercept* em sempre contextualizar as informações



denunciadas por meio de linguagem simples, recursos de fácil acesso e visualização, apesar de não identificarmos recursos de acessibilidade. Todavia, este último não é objeto de discussão neste estudo.

Sobre o trabalho desenvolvido a partir de fonte anônima, compreendemos os motivos colocados pelo *The Intercept Brasil* para continuar a resguardar o sigilo da fonte a qual entregou o acervo que deu início à série de reportagens sobre os mandos e desmandos na Operação Lava Jato.

Entendemos que o estilo combativo do *The Intercept* tem buscado trazer à tona as necessidades das minorias e expor ilegalidades que sejam de interesse público. E muitas das denúncias são realizadas por pessoas indignadas e injustiçadas por conhecer a fundo as arbitrariedades existentes, que têm o desejo de denunciar, mas ao mesmo tempo têm receio do que possa lhes acontecer. Por esse motivo, se justifica a confidencialidade da fonte no caso da ‘Vaza Jato’, principalmente pela dimensão do caso e o envolvimento de pessoas muito poderosas da justiça e da política.

Apesar do anonimato da fonte, o grande processo de checagem e apuração jornalística, feito inclusive de forma conjunta com vários veículos de comunicação e especialistas de outras áreas, dá suporte e credibilidade ao conteúdo revelado nas reportagens.

Concebemos também a justificativa dada pelo editor-executivo do *The Intercept Brasil*, Leandro Demori, sobre o não compartilhamento de arquivos como os de áudio, já discutido neste trabalho. Porém corroboramos com a ideia de que seria interessante a disponibilização de outros arquivos que deem ainda mais consistência ao trabalho investigativo. Quiçá, quando isso ocorrer, parte do público que criminaliza o processo de produção a partir de fonte anônima, consiga ter outro olhar sobre os profissionais que se esforçam para fazer o verdadeiro bom jornalismo.

Referências Bibliográficas

- CESAREO, G.. **Es noticia**. Fuentes, proceos, tecnologia y temas em el aparato informativo. Barcelona: Mitre, 1986.
- Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CUNHA, Michelle Prazeres. **Jornalismo lento**: tipificando tensões entre velocidade e comunicação em ambientes digitais. Trabalho apresentado no 15º Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, em outubro de 2017. Disponível em encurtador.com.br/tyGZ0 . Acesso em 11 de janeiro de 2020.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 8. ed. São Paulo: Summus, 1986.
- GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007.
- HULTENG, John L.. **Os desafios da comunicação**: problemas éticos. Florianópolis (SC): UFSC, 1990.



- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e os novos meios de comunicação. São Paulo: Aleph, 2009.
- LAGE, Nilson. **Relacionamento do repórter com as fontes**: procedimentos e teoria. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1432.pdf. Acessado em 10 de janeiro de 2019.
- MARCET, José María Caminos. **Periodismo de investigación**: teoría y práctica. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 1997.
- MARTÍNEZ ALBERTOS, J. L.. **Redacción periodística**: *los estilos y los géneros de la Prensa escrita*. Barcelona, ATE: 1974.
- QUESADA, M.. **La investigación periodista**. El caso español. Barcelona: Ariel Comunicación, 1987.
- SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.
- SEQUEIRA, Cleofe. **Jornalismo investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus, 2005.
- RABELO, Leon. Assange, Snowden, Greenwald. In: BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina (Orgs). **Matrizes interacionais**: a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB, 2017.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2012.